



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Comissão Permanente de Licitação**

---

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 56/2010**

**PROCESSO: 7570-49.2010.8.06.0000**

**PREZADOS SENHORES,**

O(A) PREGOEIRO (A) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima s/n, - Cambéba, CEP – 60830-120 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora abaixo indicados, será realizada licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, que será regido pela Lei Federal N.º 10.520, de 17/07/2002, pela Resolução N.º 04 de 06/03/2008 do TJCE, com aplicação subsidiária da Lei Federal N.º 8.666/93 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

**OBJETO: “Contratação de sistema de monitoramento eletrônico para 5(cinco) veículos, com cessão de equipamentos em regime de comodato e disponibilização de uso de softwares e aplicativos, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará”, nos termo dos anexos deste edital.**

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 24/09/2010 às 09:30 horas (Horário de Brasília).**

**ABERTURA DAS PROPOSTAS: 24/09/2010 às 09:30 horas (Horário de Brasília).**

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 24/09/2010 às 10:00 horas (Horário de Brasília).**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observando o prazo legal, o fornecedor poderá formular consultas por telefone ou fax, conforme números abaixo, informando o número da licitação.

Fone: (85) 3207-7100

Fax: (85) 3207-7098

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Compõem este Edital os Anexos:

**ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO 02 – QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES**

**ANEXO 03 – RECIBO DE CORRESPONDÊNCIA**

**ANEXO 04 - MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO 05 – FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

**ANEXO 06 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA FATO IMPEDITIVO**

**ANEXO 07 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

**ANEXO 08 - MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA**

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases;
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

## **2. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

- 2.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

## **3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar desta Licitação, toda e qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, que seja especializada e credenciada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;
- 3.2. É vedada a participação de:
  - a) empresas que estejam em processo de recuperação judicial, concordata e falência;
  - b) empresas que estejam cumprindo penas de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;
  - c) empresas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração;
  - d) empresas que estejam reunidas em consórcio ou coligação;
  - e) empresas estrangeiras que não funcionem no País;
  - f) servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, por si ou por interposta pessoa, direta ou indiretamente, como licitante neste processo licitatório;
  - g) estejam incluídas no cadastro de Inadimplência da Fazenda Estadual – CADINE – nos termos do artigo 3º da Lei n.º 12.411 de 02/01/1995.
- 3.3. Não será permitida a participação de mais de uma empresa que tenha em comum um ou mais sócios cotistas e também aos prepostos com procuração.
- 3.4. **O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005;**
- 3.5. **A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.**

## **4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

- 4.1. O certame será conduzido pelo(a) pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:
  - a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
  - b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
  - c) Abrir as propostas de preços;
  - d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
  - e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
  - f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
  - g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
  - h) Declarar o vencedor;
  - i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
  - j) Elaborar a ata da sessão;

- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- m) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

### **CRENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES**

- 4.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País;
- 4.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no licitações-e;
- 4.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- 4.5. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado;
- 4.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 4.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

### **PARTICIPAÇÃO**

- 4.8. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário e limite estabelecidos.  
Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), opção "Acesso Identificado";
- 4.9. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 4.10. O licitante que desejar utilizar-se das prerrogativas da **Lei Complementar 123**, de 14/12/2006, deverá declarar em campo apropriado no sistema.
- 4.11. A validade da proposta será de no mínimo 60(sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 4.12. **Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**



## **ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 4.13. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas;
- 4.14. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 4.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 4.16. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;
- 4.17. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados;
- 4.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 4 (quatro) horas, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de fax/e-mail divulgando data e hora a reabertura da sessão;
- 4.19. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
  - 4.19.1. Face imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 4.20. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor;
- 4.21. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) verificará também, o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital;
- 4.22. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida a melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital;
- 4.23. Se a proposta ou o lance de menor de valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor;
- 4.24. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação;
- 4.25. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

## **5. PROPOSTA E FORNECIMENTO**

- 5.1. A Proposta de Preços da Empresa vencedora deverá ser entregue na Comissão Permanente de Licitação do TJCE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas,

contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública em 01 (uma) folha original rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ, CGF, endereço e com especificação detalhada do produto.

- 5.2. A proposta deverá explicitar:
  - 5.2.1. prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas;
  - 5.2.2. valor(es) unitário(s) e total(is), conforme Anexo 01, do Edital, devendo o valor global se escrito em numeral e por extenso;
  - 5.2.3. características e especificações dos equipamentos de monitoração a serem instalados, bem como dos serviços de monitoramento, ambos compatíveis com as exigências constantes no Anexo 01.
- 5.3. Atendidos todos os requisitos, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que oferecer(em) o menor preço global anual, conforme planilha constante no Anexo 02;
- 5.4. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor;
- 5.5. Serão rejeitadas as propostas que:
  - 5.5.1. Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;
  - 5.5.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do(a) PREGOEIRO (A);
- 5.6. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos.

## 6. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 6.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL, observada as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;
- 6.2. Para efeito de julgamento das propostas comerciais, o valor a ser informado no sistema eletrônico, pelos Licitantes situados no Estado do Ceará contribuintes do ICMS, **QUE SEJAM CONTRIBUINTES DO ICMS EM RELAÇÃO AO OBJETO DESTA LICITAÇÃO**, no campo "PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO", será o valor deduzido do percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento), correspondente à média das diferenças de alíquotas interestaduais do ICMS, conforme Decreto Estadual n.º 27.624, de 22/11/2004;
- 6.3. Os valores, a serem apresentados na proposta de preço escrita, deverão ser readequados ao valor total calculado em cada item, representado pelo lance vencedor;
- 6.4. As propostas comerciais das demais licitantes estabelecidas em outros Estados não sofrerão a dedução de que trata o item 6.3 acima;
- 6.5. O readequamento de que trata o item anterior (6.3) deverá ser apresentado apenas pelos licitantes situados no Estado do Ceará, utilizando a seguinte fórmula:

$$VFP = \frac{VPV}{0,925}$$

Onde:

VFP = Valor Final da Proposta, acrescido da alíquota de 7,5% (sete e meio por cento);  
VPV = Valor da Proposta Vencedora após o encerramento da disputa eletrônica anunciado pelo sistema;



0,925 = Fator de Reversão correspondente a 7,5% (sete e meio por cento), que foram deduzidos antes da disputa;

- 6.6. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL, depois de obedecido o previsto no item 6.2, do presente Edital, de acordo com o Decreto Estadual N.º 27.624, de 22/11/2004, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital;
  - 6.6.1. O "VFP - Valor Final da Proposta" será o praticado quando do fornecimento do objeto licitado.
  - 6.6.2. O "VPV - Valor da Proposta Vencedora" será considerado somente para efeito de lance e julgamento das propostas.
- 6.7. O Sistema Gerenciador do Pregão Eletrônico (Banco do Brasil) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública;
- 6.8. Em cumprimento ao que se determina o art. 44 da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, será assegurada, no caso de empate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, devendo o Pregoeiro, imediatamente após o encerramento da etapa de lances, adotar os procedimentos descritos nos subitens 6.9 e 6.10;
- 6.9. Entende-se por empate na modalidade de pregão, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte estejam compreendidas no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço ofertado na etapa de lances ou da proposta de menor preço, caso não haja lances;
- 6.10. Após encerramento da etapa de lances, encerrado o tempo randômico, o sistema eletrônico identificará a existência de situação de empate, informando o nome da empresa. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa que se encontra em situação de empate, devendo esta, dentro do prazo de 5(cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante esse período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance;
- 6.11. O prazo de 5(cinco) minutos é decadência e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do lote;
- 6.12. Os procedimentos descritos nos subitens 6.10 e 6.11 somente serão aplicados se a melhor oferta inicial (menor lance ou proposta de menor valor) não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 6.13. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e também para toda a sociedade;
- 6.14. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;
- 6.15. Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 4.24 e 4.25 deste Edital, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço;
- 6.16. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



## 7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Efetuados os procedimentos previstos no item 4 deste Edital, o Licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, deverá entregar, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública, a documentação de habilitação prevista abaixo, para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Comissão Permanente de Licitação, na Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima, s/n - Cambéba, Cep – 60830-120;
- 7.2. Os Licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:
- 7.2.1. *Certificado de Registro Cadastral (CRC)* expedido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG ou documento similar expedido pelo órgão competente do domicílio fiscal do licitante, que comprove estar cadastrado para ramo de atividade compatível com o objeto sob licitação;
- 7.2.1.1. A Comissão verificará eletronicamente a autenticidade do documento apresentado. Caso o licitante esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação;
- 7.2.2. *Certidão Negativa de Débitos para com a Previdência Social – CND*, dentro do prazo de validade;
- 7.2.3. *Certidão Negativa de Débitos para com o FGTS*, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade;
- 7.2.4. *Apresentar atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado* comprovando que o proponente executou, de forma satisfatória, os serviços monitoramento eletrônico de veículos, com características compatíveis ao objeto da presente licitação;
- 7.2.5. *Declaração* da proponente informando que é proprietária ou que detém licença de utilização dos softwares e aplicativos do sistema de rastreamento.
- 7.2.6. *Comprovação da homologação junto a ANATEL*, dos serviços que a proponente pretende prestar ao TJCE.
- 7.2.7. *Atestado de visita técnica*, que comprove a ida de representante da proponente à 10a Unidade de JECC, para vistoriar pelo menos um dos veículos que serão rastreados, bem como para conhecer o local de funcionamento da Central de Controle.
- 7.2.8. *Declaração, sob pena de incidir nas punições cabíveis, relativamente aos documentos exigidos nesta licitação, caso exista após a data de sua emissão, algum fato superveniente que impeça sua habilitação*, na forma do § 2º, Art. 32, da Lei n.º 8.666/93 (Anexo 06);
- 7.2.9. *Declaração que não possui em seu quadro funcional, nenhum menor de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16(dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz a partir de 14(quatorze) anos. (Anexo 07)*
- 7.2.10. *Dados do representante legal da empresa, conforme ficha constante no Anexo 05*, comprovados através de procuração (se for o caso), juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor;
- 7.3. A documentação apresentada em qualquer processo de fotocópia deverá ser, obrigatoriamente, autenticada em Cartório oficial, sob pena de não o fazendo, serem consideradas inabilitadas no presente processo licitatório, conforme Provimento n.º 006/97 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. **(NÃO SERÃO ACEITAS AUTENTICAÇÕES ELETRÔNICAS)**



- 7.4. Os documentos de habilitação disponibilizados pelos Órgãos competentes, emitidos por meio eletrônico através da rede mundial de computadores (internet), para fins de julgamento, serão considerados originais, não necessitando de autenticação notarial. Outrossim, se os mesmos forem apresentados através de cópias xerográficas, estas deverão obrigatoriamente ser autenticadas em cartório; **(NÃO SERÃO ACEITAS AUTENTICAÇÕES ELETRÔNICAS)**
- 7.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá também, solicitar originais de documentos já autenticados para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo de 48(quarenta e oito) horas, contados a partir da solicitação, sob pena de não o fazendo, ser inabilitada;
- 7.6. Dentre os documentos exigidos para habilitação, aqueles que possuem prazo de vencimento deverão estar dentro da validade estipulada na própria certidão, por ocasião do encaminhamento dos mesmos para análise por parte do(a) Pregoeiro(a).
- 7.7. Todas as certidões negativas apresentadas deverão comprovar a quitação com os tributos pertinentes, as que se encontram positivas só serão acatadas se tiverem o mesmo valor das negativas.
- 7.8. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, esta deverá apresentar todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, conforme determina o art. 43, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006;
- 7.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2(dois) dias úteis, contados da data em que o proponente foi declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da situação que deu causa à restrição;
- 7.8.2. A não regularização no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;
- 7.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) próprio(a) pregoeiro(a), na hipótese de inexistência de recursos administrativos, ou pela Autoridade Superior, na hipótese de existência de recursos administrativos;
- 7.10. Se o licitante desatender às exigências previstas neste Item 7, o(a) pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

## 8. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 8.1. Decairá do direito de impugnar este Edital aquele que não o fizer **até o segundo dia útil que anteceder a abertura das propostas de preço**. Não serão conhecidos pedidos de impugnação encaminhados via fax símile, e-mail e/ou telegrama.
- 8.2. Caberá o(a) Pregoeiro(a) decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

## 9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1. Declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro(a), poderá fazê-lo de imediato e motivadamente, manifestando sua intenção com o registro da síntese das suas razões, exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, sendo-lhe concedido o prazo de 3(três) dias para apresentar por escrito as razões do recurso, conforme o artigo 4º, inciso XVIII da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002. Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;
- 9.2. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recurso;



- 9.3. Fica assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões. Os referidos Autos estarão disponíveis na sala da Comissão de Licitação do TJCE;
- 9.4. Não serão conhecidos os recursos intempestivos, nem acolhidas razões ou contra-razões enviadas por fax símile, e-mail e/ou telegrama;
- 9.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;
- 9.6. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente;
- 9.7. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo;
- 9.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.9. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação via fac-símile/e-mail.

## **10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1. A LICITANTE VENCEDORA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:
  - 10.1.1. MULTA de 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta pela recusa da adjudicatária em assinar o contrato de execução dos serviços.
  - 10.1.2. MULTA por atraso injustificado, conforme prazo instituído no Contrato, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor global do serviço, até 30 (trinta) dias;
  - 10.1.3. MULTA por atraso injustificado, na execução do serviço de 10% (dez por cento), do valor do contrato, quando o atraso for superior a 30 (trinta).
- 10.2. O valor da multa aplicada será deduzida pelo TJCE, por ocasião do pagamento, momento em que se comunicará à LICITANTE VENCEDORA;
- 10.3. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao TJCE pelo infrator:
  - a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 10.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## **11. DOS PRAZOS**

- 11.1. A contratação se efetivará através de contrato - minuta constante do anexo a este Edital, e deverá ser assinado pela PROPONENTE VENCEDORA no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação expedida pelo TJCE para este fim.

*YAS*

- 11.2. Decorrido esse prazo, o não comparecimento da LICITANTE VENCEDORA implicará aplicação da sanção prevista neste Edital, podendo a pregoeira convidar, sucessivamente, por ordem de classificação, as demais licitantes.
- 11.3. O contrato vigorará pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados da data da sua assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.
- 11.4. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

## **12. DO CONTRATO**

- 12.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei 8.666/93 e suas atualizações.
- 12.2. Farão parte do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor, que tenham servido de base para o julgamento, bem como as condições estabelecidas neste Pregão e em seus anexos, independentemente de transcrição.
- 12.3. O contrato terá prazo de vigência a partir da sua assinatura por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no inciso II, do art. 57, da Lei n.º 8.666/93 (com a nova redação dada pela Lei n.º 9.648, de 27.05.98), limitada a duração a 60 (sessenta) meses.
- 12.4. Caso a proponente, declarada vencedora, não queira ou não possa assinar o contrato respectivo, dentro do prazo de validade da proposta, poderá o TJ-CE, sem prejuízo de aplicação de penalidades à desistente, optar pela contratação das proponentes remanescentes, na ordem de classificação, se, alternativamente, o TJ-CE não preferir revogar a presente licitação.

## **13. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

- 13.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, pelo período mínimo de 1(um) ano.
- 13.2. A contratada do referido processo licitatório, poderá solicitar ao Tribunal, reajuste de preços, somente depois de 1(um) ano, a contar da data de assinatura do contrato, quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado o índice de preços da Fundação Getúlio Vargas (site <http://www.fgvdados.com.br>). Em caso da extinção do referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não o reajuste de preço.

## **14. PAGAMENTO**

- 14.1. Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário nas agências do Banco Bradesco S.A., devendo as Faturas/Notas Fiscais, emitidas após o recebimento da Nota de Empenho, referentes aos serviços prestados e dos equipamentos instalados, serem entregues até o dia 10(dez) do mês subsequente à prestação dos serviços e, estas deverão ser pagas, sem quaisquer acréscimo e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, desde que devidamente atestada(s) pelo Setor competente deste Tribunal de Justiça. Essa Nota Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, CNPJ N.º 09.444.530/0001-01 ou do Fundo Especial de Reparcelamento, Modernização do Judiciário – FERMOJU CNPJ N.º 41.655.846/0001-47.

## **15. RECURSOS FINANCEIROS**

- 15.1. Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, tendo como Fonte dos Recursos os Recursos Próprios, na seguinte dotação orçamentária:

**04200001.02.061.400.21234.22.33903900.70.0.00**

*SKP*

## 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;
- 16.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;
- 16.3. Fica assegurado aos participantes do certame, em qualquer fase da licitação, solicitar melhores esclarecimentos. Qualquer informação fornecida por telefone, não terá caráter formal.
- 16.4. Os pedidos de esclarecimento deverão ser enviados até **3(três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.**
- 16.5. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- 16.6. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação;
- 16.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;
- 16.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 16.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará;
- 16.10. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro(a).
- 16.11. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;
- 16.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a).
- 16.13. O(A) Pregoeiro(a) do TJCE atenderá aos interessados no horário de 8:00 e às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para melhores esclarecimentos.
- 16.14. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como Licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios disciplinados pela Lei N° 10.880, de 29/12/83.
- 16.15. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- 16.16. Os casos omissos neste Edital, serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) do TJCE, nos termos da Legislação pertinente.



16.17. As empresas, que cadastrarem propostas no site do Banco do Brasil, DEVERÃO ENCAMINHAR o ANEXO 03 – RECIBO DE CORRESPONDÊNCIA até a data de realização da sessão de disputa.

Fortaleza-CE, aos 8 de setembro de 2010.

  
**Georgeanne Lima Gomes Botelho**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

## ANEXO 01

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Contratação de sistema de monitoramento eletrônico para os 5(cinco) veículos do Juizado móvel do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com cessão de equipamentos em regime de comodato e disponibilização de uso de softwares e aplicativos.

#### 2. ESPECIFICAÇÕES

##### 2.1 Equipamentos em regime de comodato:

- Equipamentos profissionais que possam trabalhar com as tecnologias GPS (Posicionamento global por satélite) e GPRS (General Packet Radio Service) , que funcionem independentemente de tacógrafos, hodômetros, que permitam a atualização dos dados e relatórios dos veículos rastreados no máximo a cada 60 (sessenta segundos), e visualização on line na internet.
- 2 (dois) dispositivos móveis; um para acionamento de pânico pelo condutor e outro pelo passageiro do veículo.
- Sistema completo de instalações que permitem o bloqueio elétrico, acionamento pisca alerta do veículo e acionamento do sinal sonoro do alarme do veículo, à distância
- Equipamentos e dispositivos compactos que possam ser instalados de forma embutida, sem alterar as características visuais internas e externas do veículo.
- Devem estar inclusos todos os acessórios, conexões, cabos, fusíveis, antenas, ou quaisquer outros elementos necessários ao perfeito funcionamento do sistema de rastreamento e emissão de alertas.

##### 2.2 Serviços, Aplicativos, Monitoramento do sistema e softwares.

- Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos
- Up grades necessários à manutenção do sistema de acordo com as tecnologias de transmissão de dados vigentes.
- Treinamento de usuários de pesquisa e de usuários de operação do sistema.
- Disponibilização e instalação de softwares e aplicativos para controle e operação do sistema.
- O sistema deverá possuir editor de alertas via email
- O sistema deverá permitir além do aviso eletrônico na página de monitoramento, o acionamento de dispositivo luminoso e de campainha na sala de monitoramento.
- Monitoramento eletrônico do sistema.
- Treinamento de uso do sistema.
- O sistema deverá ter tecnologia para que no futuro os acionamentos de pânico gerem chamados ou mensagens em números de celulares específicos.
- Visualização do veículo através de mapas na internet.
- Estatísticas de paradas, velocidade, consumos, kms percorridos, etc.

#### 3. JUSTIFICATIVAS

3.1 Proporcionar melhores condições de controle dos deslocamentos e de segurança dos servidores e autoridades que prestam serviços no juizado móvel, em atendimento à solicitação do Juiz coordenador.

#### 4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

##### 4.1 Menor valor total anual para os cinco veículos.

4.1.1 Observações: As empresas participantes da licitação em ordem de classificação dos preços oferecidos, **somente serão declaradas vencedoras após diligência** que comprove a

operação do sistema em pelo menos um cliente da licitante, **cujo atestado de prestação de serviços deve fazer parte dos documentos de habilitação.**

4.1.2 A diligência será realizada por pelo menos um membro indicado pelo departamento de Manutenção e Serviços Gerais e um membro indicado pela chefia da Assistência Militar do Tribunal de Justiça do Ceará.

4.1.3 Portanto para efeito de julgamento das propostas deverá ser declarada vencedora a empresa que oferecer menos preço total anual, e que tenha seus serviços aprovados em diligência feita por representantes do Tribunal de Justiça do Ceará.

## **5. LOCAL DA BASE DE CONTROLE DO SISTEMA**

5.1 10a Unidade de JECC.

## **6. CONTATO OPERACIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

6.1 Divisão de Serviços Gerais. - (85) 3207-7474

Serviço de Transportes – (85) 3207-7478

Av. General Afonso Albuquerque Lima S/N

Palácio da Justiça/ Cambéba/ Fortaleza- CEP 60.830-120

## **7. CONTATO FORMAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

7.1 Central de Contratos e Convênios – (85) 3207-7122

Av. General Afonso Albuquerque Lima S/N

Palácio da Justiça/Cambéba/ Fortaleza – CEP 60.830-120

## **8. RECONHECIMENTO DOS VEÍCULOS E DO LOCAL DA CENTRAL DE CONTROLE**

8.1 É a parte obrigatória da documentação de habilitação ATESTADO de visita técnica, que comprove a ida de representante da licitação à 10a Unidade de JECC, para vistoriar pelo menos um dos veículos que serão rastreados, bem como para conhecer o local de funcionamento da Central de Controle.

## **9. PRAZO DE INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INÍCIO DO SERVIÇO**

9.1 Todos os equipamentos ofertados deverão ser novos e de primeiro uso, e deverão ser instalados em até no máximo 20 dias corridos após a emissão da nota de empenho. ☺

9.2 A sala de controle do sistema deverá ter seus softwares, aplicativos e equipamentos de alerta instalados antes do início de instalação dos equipamentos dos veículos, de forma que a partir da conclusão a ser utilizado.

9.3 A execução dos serviços de instalação de equipamentos deve ser feita exclusivamente por técnicos habilitados, devidamente fardados, identificados e **previamente autorizados para acesso** nas áreas do Tribunal de Justiça, sob comando de Responsável técnico ou Coordenador de Serviços, que também terá a responsabilidade exclusiva de ser o interlocutor entre a empresa fornecedora e o Departamento de Manutenção e Serviços Gerais do Tribunal de Justiça.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Declarar de forma expressa que é proprietária ou apresentar licença de utilização de softwares e aplicativos do sistema de rastreamento.

10.2 São de responsabilidade da contratada todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento e a prestação dos serviços.

10.3 Não transferir e outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia e expressa autorização do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais. Lembrando que mesmo que seja autorizada a sub contratação de partes do serviços, a responsabilidade técnica caberá sempre a contratada, em qualquer caso, não sendo transferida sob nenhum pretexto.

10.4 Denunciar ao Departamento de Manutenção e Serviços Gerais, todas as inconformidades identificadas na vistoria prévia dos veículos e do local da central de controle, bem como

quaisquer outras que possam surgir durante instalação dos equipamentos e disponibilização dos serviços.

10.5 Comprovar no ato habilitação a homologação dos serviços que pretende prestar junto a ANATEL.

### **11. OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

11.1 Dar acesso aos técnicos do fornecedor e instalador dos equipamentos, para identificação e conhecimento de todas as possíveis interferências e necessidades, para que haja uma perfeita prestação de serviços.

11.2 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada nos equipamentos, na técnica, nos softwares, nos aplicativos ou na prestação dos serviços.

### **12. GARANTIA**

12.1 Além das disposições do Código Civil e do Código de Defesa do consumidor, os equipamentos e a instalação deverão ter um prazo mínimo de garantia de pelo menos 12(doze) meses. Contados a partir do recebimento definitivo, que cubra todos e quaisquer defeitos decorrentes de problemas de fabricação, qualidade dos materiais empregados, ou de falhas de instalação.

12.2 Serão ainda de responsabilidade da contratada aqueles danos causados, para os quais tenha concorrido direta ou indiretamente, que possam de forma direta cessar ou limitar a garantia dos veículos nos quais foram instalados o sistema.

### **13. FORMA DE PAGAMENTO**

13.1 Em parcelas mensais equivalentes à soma do valor mensal dos serviços de rastreamento para os 5 (cinco) veículos do Juizado móvel.



## ANEXO 02

### QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR UNITÁRIO ANUAL (R\$)
1	Contratação de sistema de monitoramento eletrônico para 5(cinco)veículos, com cessão de equipamentos em regime de comodato e disponibilização de uso de softwares e aplicativos.	-	-

YB



**ANEXO 03**

**RECIBO DE CORRESPONDÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2010**

**OBS:** Visando comunicação futura entre este Tribunal de Justiça e essa empresa, solicitamos de Vossa Senhoria, preencher o recibo de entrega do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitação da TJCE por meio do **fax (085) 3207-7100 ou 3207-7098**. A não remessa do recibo exime ao Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.

**EMPRESA:**

CNPJ N.º

ENDEREÇO:

TELEFONE EM FORTALEZA:

FAX:

ENVIAR CORRESPONDÊNCIA PARA:

NOME DO RECEBEDOR:

CARGO:

IDENTIDADE:

883

**ANEXO 04**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Comissão Permanente de Licitação**

**CÓDIGO 01 - CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA VEÍCULOS, COM CESSÃO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO E DISPONIBILIZAÇÃO DE USO DE SOFTWARE E APLICATIVOS.**

**CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA VEÍCULOS, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA**

**(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º \_\_\_\_\_/2010).**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Distrito de São José do Cambé em Fortaleza – Ce, inscrito no CGC sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seus Secretários Geral e de Administração, e a empresa \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, CPF n.º \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, inscrita no CGC-MF sob o número \_\_\_\_\_, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada pelo despacho de fls. \_\_\_\_ do processo administrativo n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, com alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 8.883/1994, 9.648/1998 e 9.854/1999.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Fundamenta-se o presente Instrumento na proposta apresentada pela CONTRATADA e no resultado da Licitação sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 56/2010**, devidamente homologada pelos Secretários Geral e de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tudo de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998.

*SM*

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto deste contrato consiste **contratação de sistema de monitoramento eletrônico para 5(cinco) veículos, com cessão de equipamentos em comodato e disponibilização de uso de software e aplicativos, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, conforme informações contidas no Pregão Eletrônico n.º 56/2010.**

### PARÁGRAFO ÚNICO – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

### I – DO CONTRATANTE:

- h) Dar acesso aos técnicos do fornecedor e instalador dos equipamentos, para identificação e conhecimento de todas as possíveis interferências e necessidades, para que haja uma perfeita prestação de serviços.
- i) Notificar à CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada nos equipamentos, na técnica, nos softwares, nos aplicativos ou na prestação dos serviços.
- j) Efetuar o pagamento do montante correspondente ao valor dos serviços prestados e dos equipamentos instalados, até o último dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços ou instalação dos equipamentos.

### II – DA CONTRATADA:

- e) Entregar equipamentos novos e de primeiro uso, devendo ser instalados em até 20 dias após a emissão da nota de empenho;
- f) Manter sala de controle do sistema com seus softwares, aplicativos e equipamentos de alerta instalados antes do início de instalação dos equipamentos dos veículos, de forma que a partir da conclusão de instalação no primeiro veículo, o sistema já possa começar a ser utilizado;
- g) Executar a instalação dos equipamentos exclusivamente através de técnicos habilitados, devidamente fardados, identificados e com acesso previamente autorizado para as áreas do TJCE, sob comando de Responsável técnico ou Coordenador de Serviços, que também terá a responsabilidade exclusiva de ser o interlocutor entre a CONTRATADA e o Departamento de Material, Patrimônio e Serviços Gerais do Tribunal de Justiça;
- h) Responsabilizar-se pela garantia dos equipamentos e de sua instalação pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, com cobertura de todos e quaisquer defeitos decorrentes de problemas de fabricação, qualidade dos materiais empregados ou de falhas de instalação;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados, para os quais tenha concorrido direta ou indiretamente, que possam de forma direta ou indireta cessar ou limitar a garantia total de veículos novos que o Tribunal de Justiça do Ceará possui;
- j) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas, incidentes sobre o fornecimento e a prestação dos serviços;



- k) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto, sem prévia e expressa autorização do Departamento de Material, Patrimônio e Serviços Gerais do TJCE. Lembrando que mesmo que seja autorizada a sub contratação de partes ou do todo a responsabilidade técnica caberá sempre a CONTRATADA, em qualquer caso, não sendo transferida sob nenhum pretexto.
- l) Comunicar ao Departamento de Manutenção e Serviços Gerais, todas as inconformidades identificadas na vistoria prévia dos veículos e do local da Central de Controle, bem como quaisquer outras que possam surgir durante a instalação dos equipamentos e disponibilização dos serviços;
- m) Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução deste Contrato;
- n) Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor global anual de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**Parágrafo Primeiro** - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário nas agências do Bradesco S.A., devendo as Faturas/Notas Fiscais, emitidas após o recebimento da Nota de Empenho, referentes aos serviços prestados e dos equipamentos instalados, serem entregues até o dia 10(dez) do mês subsequente à prestação dos serviços e, estas deverão ser pagas, sem quaisquer acréscimo e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo Setor competente deste Tribunal de Justiça. Essa Nota Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, CNPJ N.º 09.444.530/0001-01 ou do Fundo Especial de Reparelhamento, Modernização do Judiciário – FERMOJU CNPJ N.º 41.655.846/0001-47.

**Parágrafo Segundo** - Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, pelo período mínimo de 1(um) ano.

**Parágrafo Terceiro** - A contratada somente poderá solicitar ao Tribunal reajuste de preços, em caso de prorrogação, depois de 1(um) ano, a contar da data de assinatura do contrato, quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado o índice específico de preços da Fundação Getúlio Vargas (site <http://www.fgvdados.com.br>). Em caso da extinção do referido índice, o Tribunal fará a opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça, concordar ou não o reajuste de preço.

**Parágrafo Quarto** - A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

**Parágrafo Quinto** - Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplência contratual, inclusive no que se refere à apresentação do demonstrativo dos serviços executados.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, tendo como Fonte dos Recursos os Recursos Próprios, na seguinte dotação orçamentária:

**FERMOJU:**



**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Instrumento terá vigência de **12 (doze) meses**, prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s) aqui pactuado(s), contados a partir da data da assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme a legislação vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES CONTRATUAIS**

A CONTRATADA se sujeitar-se-á, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93 e às multas e penalidades a seguir:

- a) ADVERTÊNCIA;
- b) MULTA de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, sobre o valor global do serviço, por atraso injustificado conforme prazos instituídos neste Instrumento, no caso de atraso de até 30 dias;
- c) MULTA de 10% (dez por cento) sobre o valor global do Contrato, por atraso injustificado na prestação dos serviços contratados superior a 30 (trinta) dias;
- d) SUSPENSÃO temporária de participação em licitação e impedimento de fornecer e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no prazo de até 02 (dois) anos; e
- e) RESCISÃO, nos casos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** - As sanções acima descritas poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa.

**Parágrafo Segundo** – Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, para permitir a compensação da multa aplicada, descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, sem prejuízo da cláusula sétima.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

1. Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados;
2. Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia autorização da Administração;
3. Subcontratação total ou parcial do Objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do presente Contrato;
4. Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
5. Cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
6. Decretação de falência ou insolvência civil;
7. Dissolução da empresa;

8. Alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da Empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato;
9. Ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
10. Por quaisquer das cláusulas previstas nos incisos XIV, XV e XVI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 2(duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.


Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008.

SECRETÁRIO GERAL DOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ CONTRATANTE

SECRETÁRIO DE ADM. DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 

**ANEXO 05**

**FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

**Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es) devidamente habilitados da futura CONTRATADA, indicando(s) para assinatura do Contrato:**

NOME :

NACIONALIDADE :

ESTADO CIVIL :

PROFISSÃO :

RG :

CPF :

DOMICÍLIO :

CIDADE :

UF :

FONE :

FAX :

CELULAR :

E-MAIL :

*fgs*

**ANEXO 06**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO SUPERVENIENTE À  
HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_(razão social), inscrita com o CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2010, em cumprimento a exigência contida no artigo 32, parágrafo 2º da Lei nº 8666/93, não apresentar fato impeditivo e superveniente à sua habilitação, estando ciente da obrigação de declarar ocorrências posteriores.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

\_\_\_\_\_  
Empresa Proponente





**ANEXO 07**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

**DECLARAÇÃO**

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador (a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ..... DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

**(DATA)**

.....

**(NOME)**

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).**



**ANEXO 08**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 56/2010**

A empresa \_\_\_\_\_, através de seu(s) responsável(is) \_\_\_\_\_, declara que visitou o local e equipamento(s) objeto dos serviços a serem executados e tomou conhecimento de todas as informações necessárias e das condições locais para o cumprimento das obrigações previstas no(s) objeto(s) da presente licitação, estando, portanto, em condições de apresentar a sua(s) Proposta(s).

Fortaleza-CE, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**Dados e Assinatura do Representante da Licitante**

1) Visita realizada à 10ª Unidade do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Fortaleza:

Ciente, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010 \_\_\_\_\_  
Diretor de Secretaria

**À Sra.  
Georgeanne Lima Gomes Botelho  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – TJCE**

